

## Objetivo da Auditoria

A auditoria do Tribunal de Contas da União no Balanço Geral da União (BGU) de 2014 teve o intuito de verificar se o BGU reflete, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial em 31/12/2014 e os resultados patrimonial, financeiro e orçamentário, atestando a confiabilidade das demonstrações contábeis do governo federal.

## Balanço Geral da União de 2014

A Secretaria do Tesouro Nacional é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis da União. Conforme a Lei 4.320/1964, as demonstrações obrigatórias são os balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

### Balanço Patrimonial - R\$ bilhões

| ATIVO                       | 31/12/2014   | 31/12/2013   | PASSIVO                                  | 31/12/2014   | 31/12/2013   |
|-----------------------------|--------------|--------------|--|--------------|--------------|
| <b>ATIVO FINANCEIRO</b>     | <b>701</b>   | <b>749</b>   | <b>PASSIVO FINANCEIRO</b>                | <b>270</b>   | <b>257</b>   |
| Disponível                  | 653          | 691          | Depósitos                                | 29           | 19           |
| Créditos em Circulação      | 48           | 58           | Obrigações em Circulação                 | 240          | 237          |
|                             |              |              | Valores Pendentes a Curto Prazo          | 1            | 1            |
| <b>ATIVO NÃO FINANCEIRO</b> | <b>3.326</b> | <b>2.873</b> | <b>PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>            | <b>4.697</b> | <b>3.142</b> |
| Realizável a Curto Prazo    | 509          | 284          | Obrigações em Circulação                 | 608          | 657          |
| Realizável a Longo Prazo    | 2.817        | 2.589        | Exigível a Longo Prazo                   | 4.076        | 2.482        |
|                             |              |              | Resultado de Exercícios Futuros          | 4            | 3            |
|                             |              |              | Instrumentos de Dívida - AFAC            | 9            | -            |
| Permanente                  | 1.058        | 959          | <b>PASSIVO REAL</b>                      | <b>4.967</b> | <b>3.399</b> |
| Investimentos               | 308          | 295          |  |              |              |
| Imobilizado                 | 748          | 662          | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                | <b>118</b>   | <b>1.182</b> |
| Intangível                  | 2            | 2            | Patrimônio Social/Capital Social         | 125          | 1.183        |
|                             |              |              | Reservas                                 | 3            | 8            |
|                             |              |              | Ajustes de Exercícios Anteriores         | -            | -            |
|                             |              |              | Resultados Acumulados                    | (10)         | (9)          |
|                             |              |              | Resultado do Exercício                   |              | (1)          |
|                             |              |              | Resultados de Exercícios Anteriores      |              | (8)          |
| <b>ATIVO REAL</b>           | <b>5.085</b> | <b>4.581</b> | <b>PASSIVO REAL + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> | <b>5.085</b> | <b>4.581</b> |

Fonte: Prestação de Contas da Presidenta da República - 2014

A seguir, são apresentadas as principais distorções identificadas na auditoria do BGU, de acordo com o reflexo no balanço.

## Principais distorções do Balanço Geral da União

### 1. Créditos a Receber

- Divergência de R\$ 7 bilhões em saldos da Dívida Ativa da União entre o Sistema Integrado da Dívida Ativa – Sida, administrado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o valor contabilizado no Sifai;
- Divergência de R\$ 1,7 bilhão em saldos de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Tesouro ao BNDES;
- Uso de metodologia de mensuração do ajuste para perdas de créditos tributários a receber diversa daquelas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, provocando uma distorção do índice de recebimento desses ativos e dos valores de constituição e contabilização de ajustes para perdas prováveis e uma superavaliação dos ativos de créditos tributários a receber.

| Índice de recebimento dos créditos tributários |   |
|--|---|
| Pela metodologia apresentada                   | Pela metodologia do MCASP (5ª edição) e do Manual SIAFI |
| 99,04%   | 8,34%   |

## 2. Patrimônio Imobiliário

Foram apontadas deficiências na avaliação e mensuração dos imóveis de uso especial da União, identificando-se um grande número de avaliações vencidas (aproximadamente 50%) e um percentual expressivo de imóveis de uso especial cujo valor apresentado no Spiunet não reflete o seu valor real. De maneira similar, também foi constatado que, no que se refere aos bens dominiais da União, há percentual significativo dos bens indevidamente precificados, ocasionando uma grande quantidade de bens dominiais incorretamente avaliados e impactando de forma negativa a arrecadação de receitas patrimoniais da União.

O Tribunal constatou também que grande parte dos imóveis destinados à reforma agrária, sob responsabilidade do Incra, não estão contabilizados no Balanço Geral da União. Também verificou-se a existência de imóveis da União irregularmente registrados em nome do Incra, o que exigirá providências corretivas por parte da autarquia e da SPU.

Foram observadas ainda deficiências nos valores da depreciação dos bens móveis e imóveis que, embora tenham sido registrados, não refletem a realidade. De acordo com os dados apresentados, o valor registrado de depreciação acumulada de bens móveis e imóveis até 2014 corresponde a apenas 1,69% do valor total dos imóveis registrados no Spiunet, percentual irrisório considerando o histórico dos bens da União.

| Imóveis destinados à Reforma Agrária |                       |
|--------------------------------------|-----------------------|
| Total                                | Contabilizados no BGU |
| 7.242                                | 343                   |

## 3. Passivos Ocultos

Há passivos da União que não estão evidenciados no Balanço Geral da União em 31/12/2014. Constatou-se que o passivo da União está subavaliado, em decorrência de:

- Falta de transparência sobre a situação atuarial da União – não contabilização das provisões atuariais militares; ausência de projeção atuarial e de política de registros contábeis dos militares inativos; e falha na divulgação do déficit atuarial do RGPS;
- Insuficiência de evidenciação de provisões acerca dos riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais contra a União;
- Retificação irregular dos Restos a Pagar não processados, subavaliando o Passivo Não Financeiro em R\$ 185 bilhões;
- Ausência de registro de passivos da União relativos a repasses de recursos de programas sociais no valor de R\$ 37,5 bilhões.

| Itens do Ativo  | 2014<br>R\$ milhões |
|-----------------|---------------------|
| Imobilizado     | 748.672             |
| (-) Depreciação | (12.673)            |
| Valor Líquido   | 735.999             |
| % Dep./Imob.    | 1,69%               |

## 4. Equivalência Patrimonial e Ajustes de Exercícios Anteriores

Foi identificada uma distorção do resultado da equivalência patrimonial referente às participações societárias da União em instituições financeiras. O registro foi realizado em contrapartida ao resultado do exercício, ao invés de ser registrado diretamente no patrimônio líquido, como preceituam as normas contábeis, subavaliando em R\$ 15 bilhões o resultado da equivalência patrimonial de 2014.

No Balanço Patrimonial de 2014, a conta de Ajustes Patrimoniais de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido, foi apresentada com valor zerado, embora tenha recebido registro ao longo do ano no montante aproximado de R\$ 1,3 trilhão, grande parte referente ao Passivo Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Civis. Essa falha decorreu de um procedimento de encerramento de exercício e comprometeu a evidenciação de um montante relevante.